

N 250

250 anos **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

Maria Inês Queiroz
Inês José
Diogo Ferreira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Abril 2020

www.incm.pt · prelo.incm.pt · facebook.com/incm.livros · editorial.apoiocliente@incm.pt

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

VOLUME 05 |

O PENSAMENTO REPUBLICANO: ENSINO, CULTURA E MODERNIDADE

Com a Implantação da República, em 5 de outubro de 1910, a Imprensa Nacional conheceu uma maior valorização política e social, representada pelo seu administrador-geral, Luís Derouet. Alinhada com os valores do republicanismo, a Imprensa reforçou o seu papel no domínio da instrução, da cultura e da sua própria afirmação institucional. A mudança começou pela implementação do regime de oito horas de trabalho diário, a criação de caixas de apoio a viúvas e órfãos e a instalação da primeira cooperativa integrada em serviços do Estado.

A curto prazo, a Primeira Guerra Mundial introduziu mudanças profundas na economia, na sociedade e nos paradigmas culturais e políticos. Na Imprensa Nacional, os primeiros impactos refletiram-se na luta pela acalmia social e pela melhoria de recursos financeiros. A estes desafios associou-se uma afirmação, sem precedentes, do seu papel cultural, refletida numa maior internacionalização, na criação da sua primeira coleção editorial e na abertura da sua nova biblioteca em 1923, onde passou a acolher exposições e palestras.



Fachada do edifício da Imprensa Nacional, [1912], iluminado por ocasião do 2.º aniversário da implantação da República. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Joshua Benoiel, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP /004/JBN/001287.

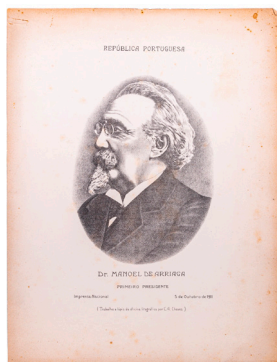
IMPRESSÃO REPUBLICANA

Em 5 de outubro de 1910, algumas horas depois de proclamada por José Relvas na varanda dos Paços do Concelho, em Lisboa, a República prometia retirar da penumbra a Imprensa Nacional, com planos de renovação que se fizeram anunciar pela nomeação de Luís Derouet para seu administrador, naquela que terá sido a primeira nomeação pública do novo regime. Derouet, que tomou posse no dia 6, era republicano, jornalista e revisor de 1.^a classe, admitido na Imprensa Nacional em 1 de julho de 1902, onde se cruzou, ainda no exercício da profissão, com um dos fundadores do Partido Socialista, Nobre França, e com o futuro precursor da reforma ortográfica, José António Dias Coelho. O novo administrador conhecia as linhas de força e de vulnerabilidade de uma Imprensa que vinha atravessando momentos de reforma que lhe ofereceram novas competências de produção, como era o caso da brochura e encadernação, mas que há muito denunciava fragilidades financeiras pouco claras, dificuldades de organização do trabalho e atraso tecnológico. Logo em novembro de 1910, o novo administrador fez publicar a reorganização provisória dos serviços da Oficina Tipográfica, alterando chefias e o regime de serviço noturno, instando também junto do governo pela nomeação de uma comissão de inquérito à Imprensa Nacional que permitisse apurar as causas do desequilíbrio de contas.

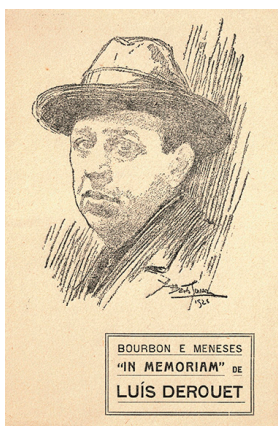
Entre os primeiros gestos simbólicos da República, logo em outubro de 1910, esteve a extinção da tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, cujo património e pessoal foram transferidos para a Imprensa Nacional em janeiro do ano seguinte. A integração justificou-se, na interpretação do novo regime, por motivos de ordem política e financeira, atendendo às reservas que se colocavam à gestão editorial da Academia das Ciências. A partir daí, a Imprensa Nacional assumiu a produção das obras científicas e literárias da Academia.

Pouco depois, em 1912, já se estudava a possibilidade de concentrar outras tipografias do Estado através de uma eventual centralização na Imprensa Nacional. Um projeto de lei de dezembro de 1912 propôs, nesta linha de pensamento, a transformação da Imprensa da Universidade de Coimbra numa «sucursal da Imprensa Nacional de Lisboa», tendo em conta a crise de trabalho provocada pelo estabelecimento dos cursos livres universitários e o fim da compra obrigatória de compêndios, levando a uma quebra dramática das suas receitas. A articulação entre as duas Imprensas era, de resto, anterior à implantação da República, através de aquisições conjuntas de material e da entrega de trabalhos pela Imprensa Nacional à tipografia universitária. A proposta de sucursal não chegou a concretizar-se mas a Imprensa da Universidade não escapou à extinção, décadas mais tarde, durante o Estado Novo.

A Imprensa Nacional esteve também na origem da primeira reforma de fundo da ortografia portuguesa. A iniciativa partiu do chefe do serviço de revisão, José António Dias Coelho, que expôs a Luís Derouet a necessidade de se corrigir a incoerência ortográfica das publicações oficiais. Daqui resultou



Retrato do Presidente da República, Manuel de Arriaga. «Trabalho da oficina litográfica por C.A. Chaves». Imprensa Nacional, 1911. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Lúis Derouet. Opúsculo de homenagem, de 1928, por iniciativa do escritor e jornalista republicano Afonso Augusto de Bourbon e Meneses. Metade do valor da sua venda foi utilizada para compra do busto que lhe foi dedicado, ainda hoje instalado no átrio da Imprensa Nacional. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

a nomeação, em 1911, de uma comissão destinada a fixar as bases da ortografia portuguesa, que deveria ser adotada nas escolas e nos documentos e publicações oficiais. Destaque-se, entre algumas das alterações mais marcantes:

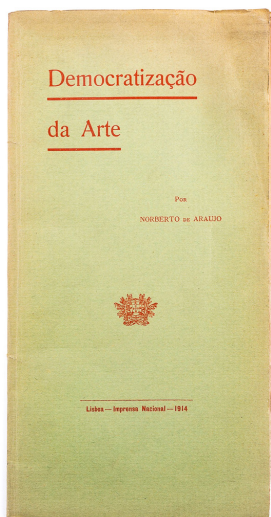
Grafia antiga	Nova grafia	Exceções
<i>k</i>	<i>qu</i> (antes de <i>e</i> e <i>i</i>)	Nomes estrangeiros, símbolos e medidas padronizadas.
<i>w</i>	<i>u</i> ou <i>v</i> conforme a pronúncia	Nomes estrangeiros, símbolos e medidas padronizadas.
<i>y</i>	<i>i</i> (tipo = tipo)	Nomes estrangeiros, símbolos e medidas padronizadas.
<i>h</i>	Suprimido no interior de todos os vocábulos (inibir = inibir)	Combinações <i>ch</i> , <i>lh</i> , <i>nh</i> . <i>h</i> inicial, mas apenas quando justificado etimologicamente (hoje). Interjeições.
<i>rh</i>	<i>r</i> (rhetorica = retórica)	—
<i>th</i>	<i>t</i> (theatro = teatro)	—
<i>ph</i>	<i>f</i> (philosophia = filosofia)	—
<i>ch</i> (quando som = <i>k</i>)	<i>qu</i> (monarchia = monarquia)	—
Consoantes duplas sem correspondência na pronúncia (<i>rr</i> , <i>ss</i> , <i>mm</i> , <i>nn</i>)	<i>r</i> , <i>s</i> , <i>m</i> , <i>n</i> (carro = caro; casa = casa; emmalar = emalar; ennovelar = enovelar)	Correspondências com a pronúncia.
Consoantes mudas	Magdalena = Madalena	Quando forem facultativamente pronunciadas. Quando influenciarem o valor da vogal precedente (espectáculo, adoptar, carácter).

CULTURA E ENSINO EM CONTEXTO INDUSTRIAL

O ideal republicano da democratização do conhecimento refletiu-se na organização do operariado e no ensino dos aprendizes da Imprensa Nacional. Este segundo, muito marcado pela ação de Luís Derouet, foi aquele que melhor traduziu os valores do republicanismo, com a introdução de ciclos de palestras e visitas de estudo para todos os aprendizes das escolas profissionais, logo em 1911, incluindo os alunos de composição, impressão, fundição, litografia e gravura.



Oficina de litografia, 1915. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção «Leilão Soares e Mendonça». PT/AMLSB/LSM/000898.



Algumas das conferências realizadas na Imprensa Nacional foram transformadas em publicação, como a palestra sobre a *Democratização da Arte* do então tipógrafo (e mais tarde Olisipógrafo) Norberto Araújo, realizada em abril de 1914. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Entre 1911 e 1916, foram várias as visitas realizadas a outros espaços e estabelecimentos industriais com produção gráfica, como a Casa da Moeda, o jornal *O Século*, a Biblioteca Nacional, o Laboratório de Química da Faculdade de Ciências de Lisboa, a Litografia Portugal, a Escola Afonso Domingues, a Igreja da Madre de Deus e Asilo Maria Pia, o Jardim Zoológico, a Fábrica de Papel da Abelheira, a Manutenção Militar e a Exposição de Aguarela, Desenho e Miniatura da Sociedade de Belas-Artes. Curiosamente, a primeira visita realizou-se à Casa da Moeda, em 7 de dezembro de 1911, mais de seis décadas antes da fusão que daria origem à INCM, onde os alunos observaram o fabrico de selos e papel selado, as Oficinas de Tipografia e Galvanoplastia e a produção de moeda.

Em 1912 iniciou-se também uma série de conferências públicas de «vulgarização científica e artística». A primeira sessão teve lugar em 2 de junho, na sala da Oficina Tipográfica, mantendo regularidade até às vésperas da Primeira Guerra Mundial e percorrendo os temas mais diversificados, desde a higiene, alimentação, educação popular e ensino profissional às mais recentes técnicas artísticas e industriais, com o envolvimento de um largo conjunto de técnicos, artistas, cientistas, intelectuais e políticos, incluindo Afonso Costa.

Na mesma altura, chegou à Imprensa Nacional a primeira máquina de composição mecânica, uma *Linotype* de origem inglesa que permitia fundir os caracteres em linha através de um teclado, colocada ao serviço da escola tipográfica, de forma a completar a educação artística dos aprendizes. Para o aprofundamento da educação dos aprendizes, tinham sido encomendados, além da *Linotype*, três marginadores automáticos *Alauzet* e uma *Phoenix* para impressões simples e a cores e a trabalhos em relevo e picotagem.



Escola de composição da Imprensa Nacional de Lisboa. Ao fundo, à esquerda, vê-se a máquina de compor Linotype. Publicado por José Maria Gonçalves em *O Ensino Profissional: Do trabalho manual ao trabalho científico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927.

O ambiente era, sem dúvida, propício ao desenvolvimento do ensino, do aperfeiçoamento artístico e da afirmação do sentido crítico da Imprensa Nacional. Em abril de 1913, os tipógrafos Norberto Araújo e Artur Pereira Mendes viriam mesmo pedir a formalização da aprendizagem através da criação de uma «escola geral de artes gráficas» — ambição que nunca se materializou mas que iria marcar o discurso da IN por várias décadas.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Entre as preocupações que caracterizaram a primeira fase de administração de Derouet, até 1913 — data em que o novo regulamento reorganizou a Imprensa Nacional —, destacaram-se as condições de trabalho, higiene e saúde do operariado. A criação do refeitório e do balneário, inaugurados em outubro de 1912, aproveitando a ocasião do segundo aniversário da República, e iniciando funcionamento regular no ano seguinte, assinalou uma primeira fase de adequação do edifício às necessidades da indústria de fundição e tipografia e respetivo enquadramento social. No início de julho de 1914, foi também instalado um «posto de socorros médicos», equipado para eventuais intervenções cirúrgicas simples ou casos urgentes.

Em 1913, foi concluído o novo edifício da Imprensa Nacional e publicado o regulamento geral que incluiu medidas pioneiras à escala nacional, como a implementação da jornada de 8 de horas de trabalho e o direito à reforma com vencimento completo ao fim de 35 anos de serviço e 60 anos de idade.

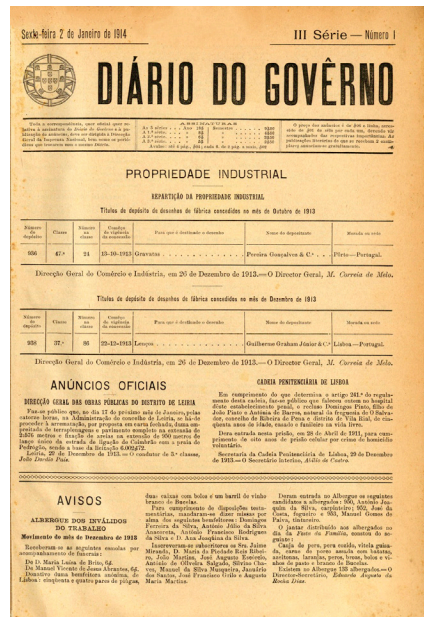
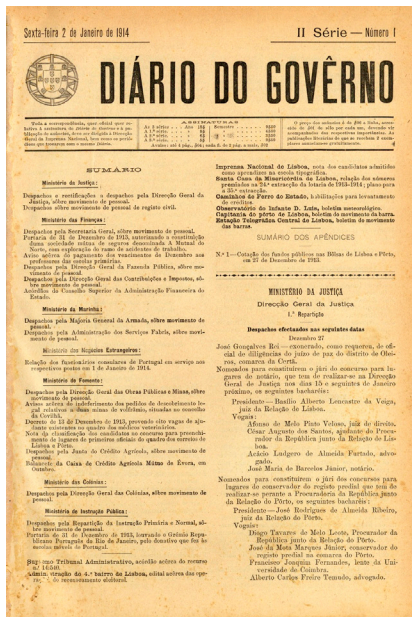


Folheto de homenagem à atriz Palmira Bastos, promovida pela Associação Tipográfica Lisbonense no Teatro da República, em 17 de março de 1913. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

DIÁRIO DO GOVERNO EM TRÊS SÉRIES

Por outro lado, a crescente complexificação administrativa, aliada à centralidade que o regime republicano ofereceu à Imprensa Nacional, também estimulou o crescimento do volume de trabalho das suas oficinas. Nesta altura, o *Diário do Governo* era composto por uma única série, englobando todos os diplomas, anúncios, relação de obras publicadas e outras informações que o tornavam particularmente volumoso e dispendioso. Para dar resposta mais eficaz, foi estudada a remodelação dos serviços do Jornal Oficial a partir de 1911, gerando, aliás, o envolvimento e resistências de várias entidades públicas que viam nesta reorganização a perda de um espaço mais privilegiado de publicação. Não obstante, passados dois anos sobre projetos e alterações, o Jornal Oficial foi desdobrado em três.

Em 17 de setembro de 1913, o Decreto n.º 137 remodelou os serviços do *Diário do Governo*, ficando prevista a criação de duas novas séries de forma a simplificar a distribuição da legislação emanada da administração central. O diploma contemplava a introdução, a partir de 1 de janeiro de 1914, de uma 2.ª e de uma 3.ª séries do Jornal Oficial, de modo a «baratear quanto possível a publicação do *Diário do Governo*» e permitir uma melhor comunicação da legislação e disposições oficiais.



Primeiros números da segunda e terceira séries do *Diário do Governo*.

Deste modo, a 1.ª série ficou reservada aos diplomas legislativos, remetendo outros diplomas oficiais para a 2.ª série e todos os anúncios e avisos relativos a propriedade industrial e marcas, entre outros, para a 3.ª série. Apesar das resistências, transferiu-se ainda para a 2.ª série a publicação do boletim meteorológico de Lisboa, do boletim semanal demográfico de Lisboa e do Porto e do boletim mensal bibliográfico da metrópole e colónias.

Estas transformações também se refletiram na reorganização dos serviços da Imprensa Nacional, em particular na publicação e assinaturas do *Diário do Governo*, criando-se um sistema de assinaturas em separado e um serviço de sumários para a 2.ª série, à semelhança da 1.ª. No seu conjunto, a reforma veio trazer novas receitas para a Imprensa Nacional que, durante várias décadas, encontrou no Jornal Oficial a sua base fundamental de subsistência. Também a venda de livros e impressos ficou regulada em 1913, estipulando-se que o «serviço de venda avulsa, ao público, dos livros e impressos constantes dos catálogos da Imprensa Nacional de Lisboa, bem como dos exemplares do *Diário do Governo* e respetivos apêndices, estará a cargo dum livreiro estabelecido em sítio central da cidade de Lisboa e que não se dedique exclusivamente ao comércio de livros usados».



Catálogo de Tipos da Imprensa Nacional. Edição revista de 1915.

DE LISBOA A LEIPZIG: ARTES GRÁFICAS PORTUGUESAS

A República encontrou na Imprensa Nacional o aliado ideal para a concretização do seu projeto político, que integrou também a organização de grandes evocações históricas, culturais e literárias, os aniversários do 5 de outubro, a organização de exposições... Foi, sem dúvida, um período de maior abertura da Imprensa Nacional ao conhecimento público, partilhando, sem reservas e mesmo em tempos de maior tensão, uma clara vocação republicana. Entre estes acontecimentos, esteve a Exposição Nacional das Artes Gráficas pela Imprensa Nacional, em 1913. Foi a primeira do género no país e uma das que mais claramente marcaram esta cumplicidade, congregando artistas, tipografias e editoras nacionais, criando um espaço de afirmação do setor e dando-lhe mesmo uma expressão internacional.

Bilhete de identidade de acesso à Exposição Nacional de Artes Gráficas de 1913. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A organização desta mostra tinha originalmente o objetivo de ajudar a preparar uma exposição internacional a realizar em Lisboa em 1915, que coincidissem com a celebração dos centenários da tomada de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque. A comissão organizadora, nomeada em novembro de 1912 e presidida por Luís Derouet, foi composta por industriais, jornalistas e intelectuais, como o jornalista e antigo tipógrafo Pedro de Brito Aranha, o industrial e professor de desenho industrial Tomás Bordalo Pinheiro, o industrial de tipografia Libânio da Silva, o diretor da Biblioteca Nacional (e então senador) Faustino da Fonseca, o jornalista Alfredo da Cunha, o diretor da Associação Industrial de Lisboa, Paulino Ferreira, e o diretor interino das oficinas da Imprensa Nacional, Gregório Fernandes. A exposição, inaugurada em 2 de outubro pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga, teve fortes repercussões na imprensa da época e reuniu cerca de uma centena e meia de expositores de artistas individuais, fotógrafos, editoras, jornais, revistas, tipografias, litografias, fabricantes de papel, escolas, da Casa da Moeda e até da Penitenciária Central de Lisboa onde, em abril de 1912, tinha sido instalada uma pequena tipografia com o apoio da Imprensa Nacional.

Embora a exposição internacional prevista para 1915 acabasse por não se concretizar, muito provavelmente em consequência dos efeitos da Grande Guerra que entretanto eclodiu na Europa, a experiência de 1913 foi certamente um estímulo à participação do nosso país na Exposição Internacional do Livro e Artes Gráficas, realizada em Leipzig, Alemanha, em junho de 1914. A representação portuguesa coube à Imprensa Nacional, através do administrador geral, conferindo-lhe maior protagonismo no meio das artes gráficas. Luís Derouet tinha percebido o envolvimento português como uma oportunidade para o país e em particular para a Imprensa Nacional, procurando

por isso incorporar os materiais da exposição de 1913 no pavilhão construído para o efeito em Leipzig.



Folheto de homenagem a Luís Derouet, «Iniciador da primeira exposição das artes gráficas em Lisboa». Desenho e direção de impressão de Clidónio Horta. Imprensa Nacional, 1913. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A secção portuguesa, instalada no pavilhão *Der Kaufmann* (O Negociante), foi inaugurada em 29 de maio, reunindo, entre outros, materiais de *O Comércio do Porto*, Cândido Costa (com um mostruário de tintas e massa de rolos), Paulino Ferreira, Alfredo Roque Gameiro, a Litografia de Portugal, a Litografia Universal, Pires Marinho, A. S. Ramalho, o Congresso da República, a Imprensa Nacional e ainda os trabalhos dos fotógrafos Alvão e Vasques, de Joshua Benoliel, do *Anuário Comercial* e da Casa da Moeda. Ao êxito inicial da exposição alemã sobrepôs-se, na sua fase final, a eclosão da guerra na Europa, que levou à destruição de boa parte dos expositores britânicos e franceses. No caso de Portugal, que era nem beligerante nem neutral no início da guerra, foi possível transportar mais de quarenta caixas de materiais através de Amesterdão, em dezembro de 1914, embora seja pouco claro se efetivamente regressaram, e como, ao nosso País. Certo é que a participação portuguesa foi largamente premiada, destacando internacionalmente editores, artistas, indústrias e entidades públicas.

Secção portuguesa na Exposição Internacional da Indústria do Livro e Artes Gráficas de Leipzig, em 1914. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



O PAÍS EM GUERRA

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914, anunciou mudanças profundas para a República, desde logo pela dimensão fraturante em torno da eventual participação portuguesa no conflito ao lado do aliado inglês. Com efeito, a guerra iria pôr a descoberto os problemas e as contradições de ordem política e social — sacrificando o já frágil equilíbrio de relações com o movimento operário — que acabariam por anunciar o princípio do fim da República. Internamente, a eclosão da guerra veio agravar as condições de vida e reforçar tensões sociais. Na Imprensa Nacional, o aumento de encomendas e consequentes custos com trabalhos extraordinários tinham começado a produzir um desgaste de recursos que, no início de 1914, já não permitiam cobrir a despesa, obrigando à redução destes trabalhos nas oficinas e nos armazéns e a limitar o trabalho noturno.

Apesar dos reforços orçamentais, a necessidade de redução de despesa foi incontornável, implicando, pouco antes do verão de 1914, a suspensão de trabalhos extraordinários na Serralharia, Carpintaria, Litografia, armazém de tipos e de materiais, a limitação do período de trabalho extraordinário na inspeção das oficinas e armazém de impressos e na Secção de Brochura, reduzindo também o período de trabalho noturno do *Diário das Sessões* e *Diário do Governo* bem como os serviços extraordinários da Revisão. Em agosto, a eclosão do conflito obrigou à definição de normas para a economia de recursos internos, contemplando a redução do consumo de energia, dos horários noturnos e a contenção de novos trabalhos extraordinários.



Oficina de composição da Imprensa Nacional, 1915. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção «Leilão Soares e Mendonça». PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LSM/000900.

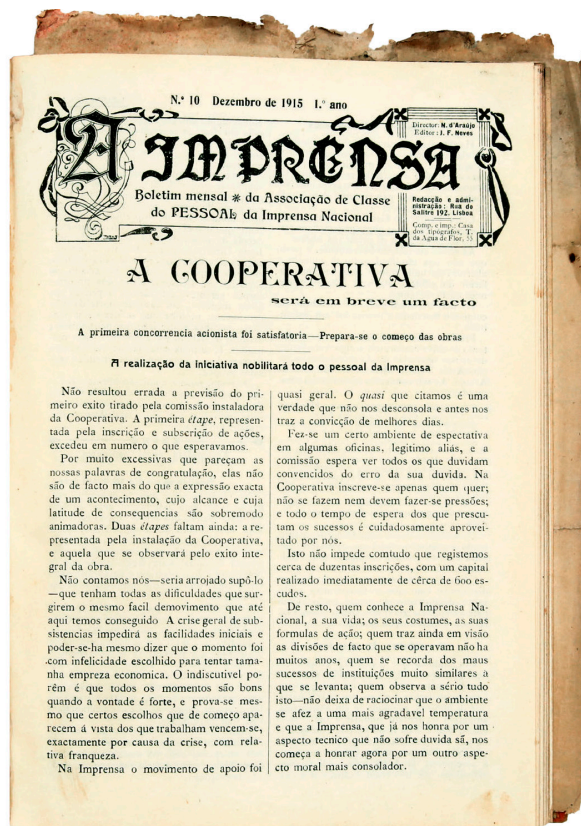
Por outro lado, a República recorreu à Imprensa Nacional para atenuar a crise de trabalho à escala setorial: em setembro de 1914, à semelhança do que já se tinha experimentado noutros contextos de crise, a Imprensa transferiu encomendas para a indústria particular, entregando-lhe, em articulação com a secção gráfica da Associação Industrial Portuguesa e as Associações de Classe dos Compositores, Impressores e Encadernadores, os trabalhos de composição, impressão e encadernação que não colocassem em causa os interesses do Estado e os vencimentos do pessoal da Imprensa Nacional.

Nesta altura, também o operariado da Imprensa Nacional se mobilizou na defesa da modernização tecnológica, da agilização e atualização dos mecanismos de mutualismo, da melhoria das condições de vida dos pensionistas, viúvas e órfãos, da criação de uma cooperativa de consumo, da instrução do operariado e do ensino profissional. Na base de muitas destas iniciativas esteve a Associação de Classe do Pessoal da Imprensa Nacional, criada em março de 1915 em substituição da Comissão de Melhoramentos, organizada alguns anos antes. Neste primeiro ano de vida, um dos mais ativos, a associação promoveu o estudo técnico e projeto de reorganização dos serviços e de alteração à valorização do trabalho do pessoal compositor, que trabalhava em regime de empreitada.

Em matéria de cultura e instrução, os projetos da associação, nesta primeira fase, passaram também pela criação de uma biblioteca e de um gabinete de leitura a partir de doações dos associados, pelo acompanhamento atento das conferências promovidas pela Associação de Compositores Tipográficos, com o objetivo de «interessar a população gráfica de Lisboa na necessidade que subsiste

de elevar o nível educativo e profissional do nosso operário». A associação esteve também na origem da cooperativa de consumo A Pensionista, cujo estudo foi apresentado pelo tipógrafo e futuro jornalista Norberto Araújo, em 1915, com o objetivo de contrariar a especulação sobre produtos essenciais, numa altura em que a crescente degradação das condições de vida se estendia já, de forma clara, ao pessoal da Imprensa Nacional.

A cooperativa A Pensionista anunciada em *A Imprensa, Boletim da Associação de Classe do Pessoal da Imprensa Nacional*, em novembro de 1915. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A Pensionista constituiu-se assim como uma cooperativa de crédito e consumo, destinando-se a estabelecer futuras pensões para os seus sócios, através dos lucros anuais, fornecer géneros alimentares, mobiliário e vestuário, perspetivando também a exploração da cantina da Imprensa Nacional. O sucesso da iniciativa ficou intimamente associado à ação de Luís Derouet, cujo papel foi determinante no processo de constituição, na agilização de contribuições e no seu reconhecimento oficial. Esta cooperativa — que se manteve ativa até à década de 1970 — foi pioneira entre as organizações congéneres na Administração Pública, inspirando mesmo a proposta de lei apresentada pelo ministro do Fomento, António Maria da Silva, em maio de 1916, no sentido de facultar a constituição de cooperativas de consumo e crédito.

Em 1916, a situação política e financeira do país iria agravar-se a níveis que o conduziram a alguns dos anos mais dramáticos da sua história. A declaração de

guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de março, fez impor a censura preventiva da imprensa periódica e outras publicações e determinar a dissolução da União Operária Nacional, com fortes implicações para o movimento operário. Na Imprensa Nacional, por ordem superior de 3 de março de 1916, tinha sido suspenso todo o serviço extraordinário, com exceção do piquete da madrugada de impressão do *Diário do Governo*, cujo serviço de composição e revisão se manteve.

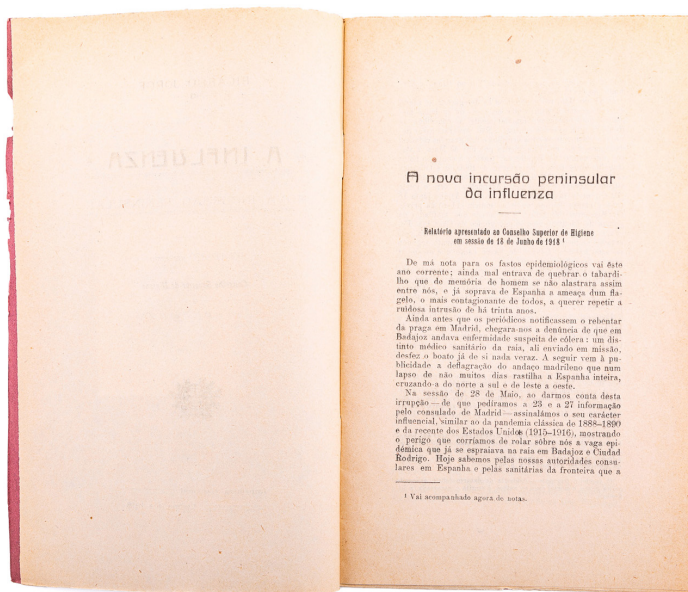
À declaração de guerra, seguiu-se o serviço militar obrigatório para os cidadãos dos 20 aos 45 anos, iniciando-se a organização do Corpo Expedicionário Português. O pessoal da Imprensa Nacional não foi imune à crescente mobilização, que deixou as oficinas quase paralisadas. O desgaste provocado pelo conflito deixou as suas piores marcas em fevereiro de 1918, quando a falta de gasolina para alimentação das máquinas da Fundação de Tipos obrigou à suspensão da produção e a subida de preços das matérias-primas suscitou medidas urgentes de resposta à crise, sobretudo relacionada com o fornecimento de papel.



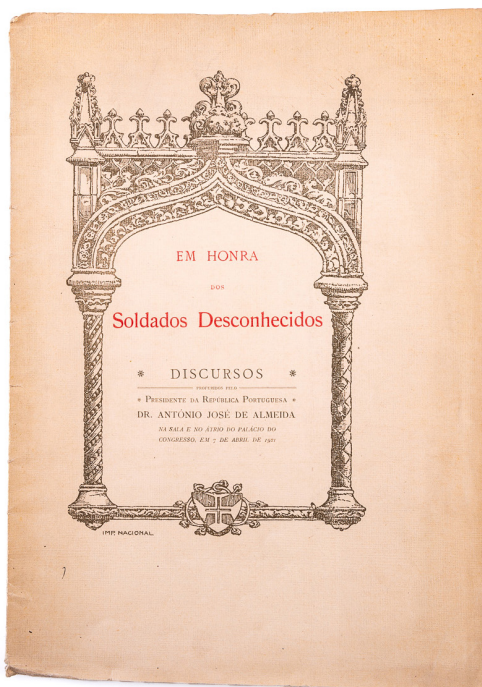
Diploma de Honra da Fraternidade Militar. Desenho de Romero, 1922. Imprensa Nacional, 1921-1922. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A progressiva instabilidade política também se fez sentir através da Imprensa Nacional, com desvios de materiais e circulação de materiais clandestinos entre o operariado contra a participação de Portugal na guerra. Um dos casos de desvio de foi identificado em 1917, precisamente no contexto de uma investigação policial em torno da impressão do folheto clandestino *Rol de Desonra*, contra o envolvimento português no conflito, com a descoberta de um granel de uma composição do formulário dos consulados que tinha sido desviado da Imprensa Nacional e encontrado nas oficinas da Associação de Compositores Tipográficos.

A Influença. Nova incursão peninsular, Imprensa Nacional, 1918. O relatório apresentado ao Conselho Superior de Higiene, em 18 de junho de 1918, o médico higienista Ricardo Jorge – a quem coube organizar a luta contra a pandemia – confirmou os piores receios sobre a chegada da gripe mortífera ao nosso país. A Pneumónica, também conhecida por «gripe espanhola», vitimou cerca de 50 milhões de pessoas em todo o mundo e mais de 50 mil em Portugal, entre 1918 e 1919. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A memória da guerra ficou também indelevelmente associada ao património editorial da Imprensa, nestes anos, traduzido num largo conjunto de publicações dedicadas à participação portuguesa na Grande Guerra e ao contexto socioeconómico, como os relatórios sobre a gripe pneumónica, os documentos *Portugal em Guerra, 1916-1917* e *Portugal e o Conflito Europeu: Medidas para Atenuar a Crise Económica, 1917* ou os discursos *Em honra dos Soldados Desconhecidos*, em 1921.



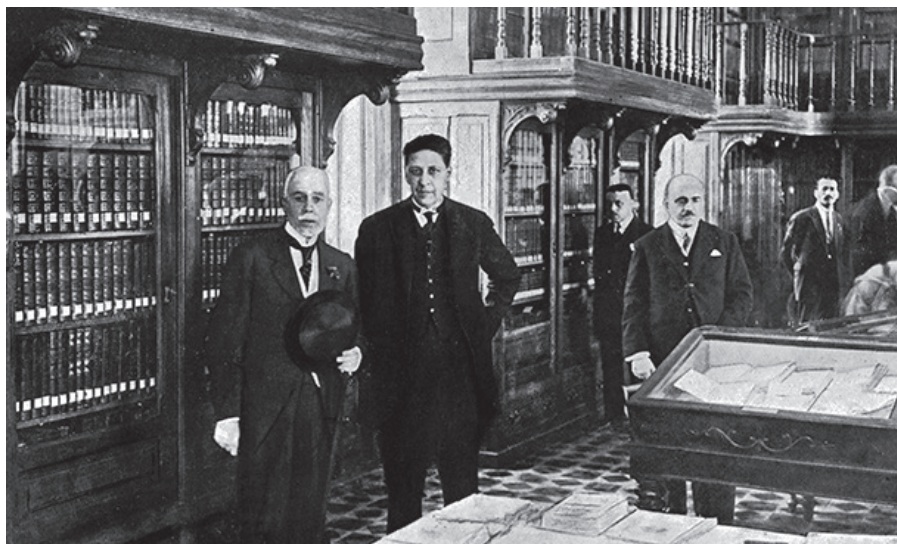
Em honra dos soldados desconhecidos [...]. Exemplar numerado (n.º 97) e assinado por António José de Almeida, com a data de 5 de outubro de 1921. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



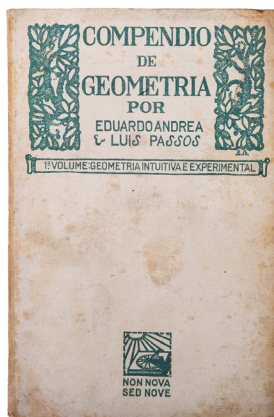
Portugal e o conflito europeu [...], Imprensa Nacional, 1917. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A NOVA BIBLIOTECA — «UMA ETAPA GLORIOSA NA VIDA DA REPÚBLICA»

Os anos da Grande Guerra e os que se lhe seguiram foram dominados pela luta contínua pela subsistência do operariado e pela manutenção da produção fundamental na Imprensa Nacional. Mas foi também a estes primeiros anos 20 que se deveram algumas das suas heranças mais valiosas no domínio cultural e do conhecimento: a construção e abertura da nova Biblioteca da Imprensa Nacional, inaugurada em 1923, as exposições bibliográficas e artísticas que nela decorreram, a internacionalização do conhecimento através de missões de estudo para renovação tecnológica e a articulação com outros organismos de cultura e ciência foram alguns dos marcos que, para sempre, construíram também a presença simbólica de Luís Derouet.



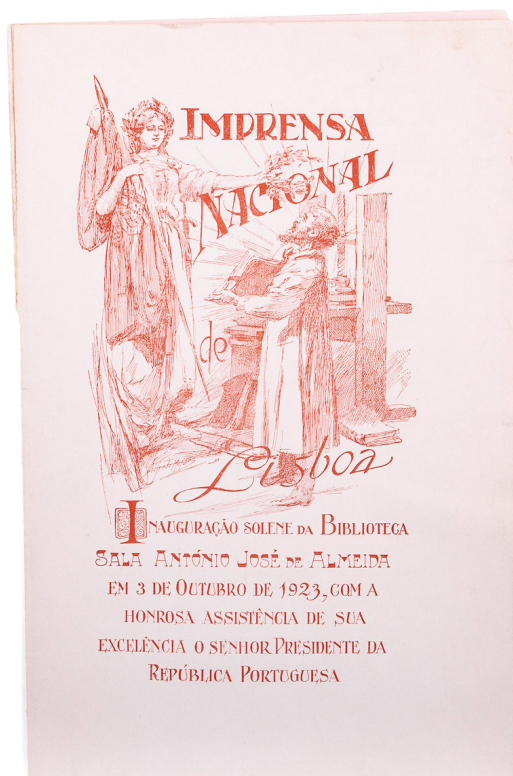
Luís Derouet e o Presidente da República, Teixeira Gomes, durante a exposição Camoniana realizada na biblioteca da Imprensa Nacional. Junho de 1924. Fotografia publicada no livro de homenagem *À memória de Luís Derouet. Palavras justas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1928.



1º volume do Compendio de Geometria de Eduardo Andrea e Luís Passos, publicado pela Imprensa Nacional em 1921.

A criação de uma nova Biblioteca, substituindo aquela que desaparecera com a construção do novo edifício, era urgente: o largo conjunto de livros encaixotados desde o final do século XIX aguardava novas estantes que lhes dessem lugar definitivo. A responsabilidade de organização da nova Biblioteca foi entregue ao antigo tipógrafo José Maria Gonçalves e o respetivo desenho e construção atribuídos aos artistas João Simões e Artur Martins dos Santos, sob a fiscalização do encarregado da Oficina de Carpintaria, em dezembro de 1921.

No final de setembro de 1922, começaram a abrir-se os mais de 100 caixotes que, entre volumes e folhetos, reuniam perto de 40 mil volumes. José Maria Gonçalves recordaria mais tarde, no seu primeiro relatório: «E toda esta multidão de livros estava arrumada em 3 de outubro de 1923 [...]». Nessa data, a Biblioteca foi inaugurada oficialmente com a presença do Presidente da República, António José de Almeida, homenageado com a atribuição do seu nome à nova sala.



Opúsculo alusivo à inauguração da biblioteca da Imprensa Nacional, incluindo os discursos inaugurais de Luís Derouet e do Presidente da República, António José de Almeida (1923).

Em causa estava também a preservação do acervo bibliográfico da Imprensa, entregando à biblioteca a missão de guardar e conservar o seu património literário e editorial, devendo ainda contribuir para a organização da bibliografia gráfica portuguesa. À coleção bibliográfica reunida desde a criação da Imprensa Régia, juntaram-se doações de volumes de poesia, história, saúde, dicionários,

coleções de imprensa periódica por funcionários da Imprensa, incluindo o seu diretor-geral, entre outros apoiantes que promoveram o seu alargamento. Esperava-se, pois, que a biblioteca fosse colocada ao serviço da educação da sociedade portuguesa e do operariado em particular.

Nesta altura, a coleção bibliográfica da Imprensa incluía já um incunábulo de 1479 e obras do século XVII, destacando-se entre as mais antigas a bibliografia camoniana, a par de outros clássicos, obras sobre grafia, artes, letras, ciências, filosofia, economia e ciências médicas, entre outros milhares de títulos que a integravam.

Em julho de 1924, a sala foi oficialmente aberta ao público, com uma afluência inicialmente marcada pela curiosidade mas que a curto prazo se consolidou. Mas a sua função não se esgotava na consulta bibliográfica, acolhendo também exposições e conferências. Em junho de 1924, recebeu a *Exposição Camoniana*, por ocasião do centenário de Camões, no âmbito do qual a Imprensa se fez também representar em dezembro, em Madrid, com Luís Derouet. Entre 27 de janeiro e 2 de fevereiro de 1925, teve lugar uma exposição bibliográfica comemorativa do IV centenário de Vasco da Gama que reuniu 193 obras, das quais 74 pertenciam à Imprensa Nacional. Entre as entidades envolvidas na exposição, contavam-se a Biblioteca Nacional de Lisboa, as Bibliotecas da Ajuda, Academia das Ciências, Sociedade de Geografia, Faculdade de Ciências, Escola Militar e Escola Naval, o Arquivo da Torre do Tombo, a par de participações individuais nas quais se destacaram José Leite de Vasconcelos, António Sérgio, Gustavo de Matos Sequeira, o conde das Alcáçovas e mesmo artistas da Imprensa Nacional, entre muitos outros.



Exposição camoniana na Biblioteca da Imprensa Nacional, em 1924. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

O novo espaço também acolheu iniciativas de interesse social. Entre 10 e 18 de janeiro de 1925, por exemplo, a Biblioteca promoveu uma exposição de aguarela de Alfredo Morais, chefe da Secção de Litografia, sendo 10% da totalidade das vendas destinadas, em partes iguais, à Caixa de Viúvas e Órfãos do Pessoal da Imprensa Nacional e ao Jardim-Escola João de Deus de Lisboa. A Biblioteca estava também vocacionada para a relação dinâmica com os trabalhadores da Imprensa — vocação que nem o Estado Novo iria anular —, dando lugar a iniciativas de carácter técnico e artístico como a exposição de encadernações executadas pelo pessoal, entre 14 e 16 de março de 1926. Mais tarde, como se verá, com a criação efetiva do Grupo Desportivo, a Biblioteca da Imprensa Nacional foi também palco de palestras e outras iniciativas do pessoal.

Tiragens da Edição Nacional de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, composta em *Linotype* na escola tipográfica da Imprensa Nacional de Lisboa, cuja impressão foi concluída em 12 de maio de 1928. Promovida por iniciativa do poeta Afonso Lopes Vieira, a edição foi revista José Maria Rodrigues e incluiu um prefácio anterior de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. A tiragem de exemplares, todos eles numerados e marcados com o selo branco da Imprensa Nacional, incluiu 8 fora do mercado, impressos em papel do Japão e encadernados em pergaminho; 50 impressos em papel Whatman e encadernados com ferros especiais e ainda 150 impressos em papel de Leorne, fabricado para a Imprensa Nacional, também com encadernação adornada. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Datas importantes

5 de outubro de 1910	Implantação da República. No dia 6, Luís Derouet toma posse como administrador-geral da Imprensa Nacional.
Dezembro de 1911	Iniciam-se visitas quinzenais dos aprendizes a outros espaços industriais com produção gráfica. A primeira visita, em 7 de dezembro, teve lugar na Casa da Moeda.
15 de fevereiro de 1911	Nomeação de uma comissão para fixar as bases da ortografia.
1912	Novo catálogo de tipos.
Março de 1912	Primeira máquina de composição mecânica, instalada na escola tipográfica.
Outubro de 1912	Inauguração do refeitório e do balneário, por ocasião do 2.º aniversário da República.
Junho de 1912	Série de conferências «vulgarização científica e artística».
1913	Conclusão das obras do edifício da Imprensa Nacional, com planta original do arquiteto Domingos Parente da Silva.
2 de outubro de 1913	O Presidente da República, Manuel de Arriaga, inaugura a Exposição Nacional das Artes Gráficas.
20 de outubro de 1913	Regulamento geral dos serviços da Imprensa Nacional de Lisboa.
1914	Inauguração do posto médico.
Junho de 1914	Exposição Internacional de Artes Gráficas, em Leipzig.
Agosto de 1914	Início da Primeira Guerra Mundial.
Março de 1915	É criada a Associação de Classe do Pessoal da Imprensa Nacional.
24 de julho de 1916	A cooperativa A Pensionista é inaugurada, com a presença do Presidente da República, Bernardino Machado, e vários membros do Governo.
9 de março de 1916	A Alemanha declara guerra a Portugal.

1917	É criada a Caixa de Auxílio a Viúvas e Órfãos dos Empregados da Imprensa Nacional de Lisboa.
11 de novembro de 1918	Armistício. Fim da Primeira Guerra Mundial.
9 de julho de 1920	Greve do pessoal da Imprensa Nacional.
26 de maio de 1922	Visita do Presidente do Ministério e Ministro do Interior, António Maria da Silva.
3 de outubro de 1923	É inaugurada a biblioteca.
14 de novembro de 1923	Aprovação dos estatutos da Previdência Mútua do Pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa.
Junho de 1924	Realiza-se, na biblioteca, a Exposição Camoniana.
10 de janeiro de 1925	Exposição de Aguarela Alfredo Morais. 10 por cento da totalidade das vendas são destinadas, em partes iguais, à Caixa de Viúvas e Órfãos do Pessoal da Imprensa Nacional e ao Jardim-Escola João de Deus de Lisboa.
28 de maio de 1926	Pronunciamento militar chefiado por Gomes da Costa. A República é derrubada.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

I. ARQUIVOS

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
Ministério do Interior
Imprensa Nacional – Casa da Moeda / Arquivo Histórico da Imprensa Nacional

2. DOCUMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Diário da Câmara Deputados
Diário do Governo

3. DOCUMENTAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

Administração Geral da Imprensa Nacional de Lisboa. *Ordens de Serviço* (1910-1926).
DEROUET, Luís Derouet, *Sobre a Sucursal no Porto da Imprensa Nacional de Lisboa. Relatório Apresentado a S. Ex.^a o Ministro do Interior por Luís Derouet, Administrador Geral da Imprensa Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.
Estatutos da Cooperativa «A Pensionista» do pessoal da Imprensa Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.
Relatório da Biblioteca da Imprensa Nacional Relativo aos Anos de 1924 e 1925, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

4. JORNAIS E REVISTAS

A Capital, Diário Republicano da Noite
Imprensa: Boletim Mensal da Associação de Classe do Pessoal da Imprensa Nacional
O Mundo
O Século

5. BIBLIOGRAFIA

À Memória de Luís Derouet: Palavras Justas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.
ARAÚJO, Norberto de, MENDES, Artur Pereira, *Aspectos da Tipografia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.
BARRETO, José Barreto, «Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (II)», in *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982-1.º, pp. 183-212.
CASTRO, Ivo, «A nova ortografia tem 25 anos», in *Diacrítica*, vol. 29, n.º 1 Braga, 2015.
Exposição Nacional das Artes Gráficas, na cidade de Lisboa, em outubro de 1913, sob a presidência de honra de S. Ex.^a o Presidente da República Portuguesa. Programa elaborado pela comissão oficial, nomeada pelo Governo da República em 21 de novembro de 1912, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.
GONÇALVES, José Maria, *O Ensino Profissional: Do trabalho manual ao trabalho científico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927
RIBEIRO, Armando Vitorino, *Relatório da Visita à Casa da Moeda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.

N 2510

© N I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.